

ATA DA 409ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Defensor Público-Geral do Estado, Rafael Moraes Português de Souza. Presentes os/as Conselheiros/as: Bruno Diaz Napolitano, Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Horácio Xavier Franco Neto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Pedro Antônio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Alderon Pereira da Costa, Kathya Beja Romero e Representando a Apadep, Fabiana Botelho Zapata. Ausente justificadamente o Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Presidente iniciou a sessão às 09h58min, comunicando que os diversos órgãos da Defensoria Pública, composto por três eixos de atuação, estão elaborando uma estratégia de atuação diante da crise hídrica no Estado de São Paulo. Explicou que o primeiro trata de respostas jurídicas elaboradas pelo Núcleo do Consumidor, destinadas a contestação de multas e taxas cobradas aos consumidores que se dirigirem as Unidades da Defensoria Pública. Com relação ao segundo trata do consumo interno da Defensoria Pública, onde foram feitas cartilhas para orientar todos para diminuir o uso e adotar procedimentos para evitar vazamentos. Sendo enviada em breve a cartilha aos Coordenadores de Regionais e das Unidades. E no que tange ao terceiro, apontou que o eixo tratará de um futuro e eventual corte de água nas Unidades. As Segunda e Terceira Subdefensorias já trabalham na elaboração de um procedimento padrão para as Unidades adotarem em situações como esta, visando não interromper o atendimento. Anunciou que a pela primeira vez a Defensoria Pública, através da Edepe, organizará pela primeira vez um Curso de Pós-Graduação, e parabenizou o Diretor da Edepe pela iniciativa, comemorou a importância deste passo na formação dos Defensores Públicos. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Diretor da Edepe, Danilo Mendes. Ele comunicou que a Escola irá promover nos dias 25 e 26 de fevereiro o evento “Crise Hídrica: Alternativas e Soluções” que acontecerá com a parceria do Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. Explicou que a finalidade do evento é promover a capacitação de todos para atuar no cenário de crise. Relatou que o curso de pós-graduação é um dos projetos mais importantes na história da Edepe, visto que nunca existiu um curso de pós-graduação destinado para a atuação da Defensoria Pública. Informou que o projeto foi desenvolvido em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e com apontamentos feitos pelos Núcleos Especializados, e narrou que este curso não existe no mercado, pois a Defensoria Pública teve que personalizá-lo por inteiro para Defensores Públicos. Informou que serão abertas 40 vagas, onde 5 delas serão destinadas para Defensores Públicos de outros Estados e 35 vagas serão divididas entre as Regionais, e falou que está previsto um sorteio entre os Defensores interessados de uma mesma regional. Após, passou-se as comunicações da Secretaria, que justificou a ausência do Conselheiro Alexandre Orsi. Em seguida, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra ao primeiro inscrito, Dr. Wladimir Bitencourt, da Unidade Osasco. Ele agradeceu os elogios dos Conselheiros na última sessão. Relatou que toda a equipe foi contrária, quando houve a mudança do endereço do Núcleo do Idoso e da Pessoa com Deficiência para a Avenida Liberdade, nº 32, pois queriam tornar acessível aos cadeirantes o prédio onde estavam, Rua Boa Vista, nº 103. Relatou também que a resposta dada pela Defensoria Pública-Geral, se assemelha com as respostas dadas pela pelas Prefeituras e Governos Estaduais, pois descumprem a lei que garante acessibilidade aos deficientes, mas reconheceu que a Defensoria está tomando medidas isoladas, e reclamou da inexistência de uma política pública para com a pessoa com deficiência. Falou que o curso de libras que a Defensoria ofereceu foi ineficaz, pelo fato de ter sido oferecido a um volume grande de pessoas e pouca carga horária. Por fim, apresentou as duas pessoas que ele trouxe ao Conselho, a Sra. Rosa portadora de deficiência visual, e a Sra. Arlete portadora de deficiência auditiva. Após, passou-se a palavra para a segunda inscrita, Assistida pela Defensoria Pública, Sra. Rosa Maria de Melo, portadora de deficiência visual. Ela relatou as dificuldades das pessoas portadoras de necessidades especiais acessarem a Defensoria e que muitas vezes os funcionários não conseguem ou não querem se comunicar com essas pessoas, e acabem tratando elas de forma inadequada. Relatou que o problema não é somente a acessibilidade

física, mas sim o atendente que não consegue lidar com as limitações do deficiente. Explicou que as pessoas portadoras de necessidades especiais não conseguem vencer as lutas sozinhas e que necessitam da Defensoria Pública para não desanimarem de conquistar seus direitos. Solicitou que a Defensoria Pública mantenha sempre suas portas abertas aos portadores de necessidades especiais, pois essas pessoas encontram muitas portas fechadas na sociedade. Após, passou-se a palavra para a terceira inscrita, Assistida pela Defensoria Pública, Sra. Arlete de Paula que possui deficiência auditiva, que se manifestou na linguagem de sinais. Após, passou-se a palavra para a quarta inscrita, representante da Comunidade Brasil Annabella Andrade, ela relatou ter pleiteado numa outra sessão do Conselho Superior, a respeito do Minhocão e das ações positivas que ela vem realizando, e que na última quinta-feira a Subprefeitura enviou um e-mail cancelando tais ações, alegando ter sido suspenso a pedido do Ministério Público. Relatou ter encaminhado o assunto para Dr. Rafael Lessa Vieira do Núcleo de Direitos Humanos e para o Dr. Felipe Hotz de Macedo Cunha do Núcleo do Idoso, pedindo que o Minhocão fosse fechado aos sábados, em função das pessoas que sofrem por dificuldades de respiração. Relatou que a Subprefeitura impôs um termo de ajuste de conduta, em função da perturbação do sossego, e afirmou que o Ouvidor-Geral esteve presente no evento e que não houve a tal perturbação. Após, passou-se a palavra para a quinta inscrita, Representante da Organização Artigo, 19 Karina Ferreira, que protocolizou um parecer sobre a proposta de julgamentos virtuais nos processos do Conselho Superior, argumentando sobre os padrões internacionais, sendo disponibilizado aos Conselheiros e será compartilhado também com a população. Relatou que no parecer, tentaram expor a necessidade de as deliberações dos órgãos públicos, seja nos Poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário, serem submetidas ao controle social, com base em diversos dispositivos nacionais e internacionais de acesso à informação. Ponderou que a análise da organização, a Defensoria não se enquadraria em uma exceção a tais regras. Falou que a implantação do julgamento virtual pode abrir um precedente negativo no tema do acesso à informação. Por fim, solicitou que o processo relativo à questão fosse votado naquela ocasião. Após, passou-se a palavra para a sexta inscrita, Coordenadora da Associação dos Servidores da Defensoria Pública, Érica Meireles de Oliveira, ela parabenizou a EDEPE pela iniciativa de instituir o curso de pós-graduação e solicitou que os cursos fossem também disponibilizados para os servidores, visto que muitos possuem ensino superior completo. Relatou que a entidade de Classe vem conversando com servidores de outras localidades do Estado com o intuito de chegar a um consenso sobre uma proposta de majoração salarial e um plano de carreira. Falou também a respeito do pro labore dos quadros de apoio. Lembrando que na primeira distribuição do pro labore houve grande discussão sobre o assunto pela forma como foi feita, sem relação direta com funções exercidas. Avaliou que na nova proposta em debate, houve um número maior de critérios objetivos e ainda assim, há muita discordância entre os servidores. Sugeriu que fosse realizada uma consulta pública sobre o tema, de pelo menos sete dias, o que não geraria prejuízo para a definição desta matéria. Após as manifestações, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos sobre as falas do momento aberto Explicou que o caráter do pro labore não é uma majoração parcial, mas um instrumento administrativo para destacar os que ocupam cargos de gerência e liderança. Mostrou que infelizmente não há números de pro labore suficientes para todos os que estão nesta situação e que em função disso, foram estabelecidos critérios técnicos para evitar que o pro labore fosse concedido com base em critérios pouco objetivos. Explicou que uma das medidas adotadas foi distribuir os pro labores entre as unidades, ainda que não haja pro labores suficientes para todas. Com relação à fala da Representante do Artigo 19, Karina Ferreira, respondeu que a proposta do mecanismo de julgamento virtual se destina a garantir maior tempo para debates relevantes. Explicou que seria alvo do julgamento virtual os temas que corriqueiramente o Conselho delibera da mesma forma, e citou o exemplo de afastamentos para Defensores para cursos. Afirmou que de forma alguma o Conselho pretende limitar as discussões sobre diversas matérias. Em relação à manifestação de Ana Bela Andrade, respondeu que os Núcleos envolvidos, inclusive o NUDEM, atuarão se entenderem ou identificarem alguma irregularidade nesse procedimento. Cumprimentou as manifestantes Rosa Maria e Arlete de Paula, falando que a Defensoria tem preocupação constante com o assunto. Considerou injusto o Defensor Wladimir Bitencourt, que é membro e conhece a instituição, comparar os mecanismos adotados pela Defensoria com os de outros órgãos públicos, ou dizer que a

instituição não se importa com o tema. Falou que os avanços não vêm ocorrendo na velocidade desejada, mas avaliou que, diversas medidas estão sendo adotadas para aumentar a acessibilidade na Instituição. Afirmou que respeita a manifestação do Defensor, mas discorda do tom adotado por ele porque, em sua atuação no Núcleo, não movimentou outras discussões que não aquelas enfrentadas pela Administração. O Terceiro Subdefensor Público Luís Gustavo Fontanetti falou que lhe pareceu que o Defensor Wladimir Bitencourt não compreendeu o sentido das palavras do Conselheiro na sessão passada, quando o parabenizou por seu trabalho. Explicou que quis afirmar que seu trabalho havia sido relevante e que gostaria que ele percebesse que a Defensoria se encontra em uma situação melhor do que quando eles ingressaram na instituição, em 2007, inclusive devido à atuação de Wladimir Bitencourt. Ponderou que ainda há muito por fazer, mas já caminharam bastante e é preciso reconhecer isso. Não havendo mais inscritos, o Presidente abriu a palavra aos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Horácio Xavier reiterou a importância de elaborar um plano de contingenciamento quando houver falta d'água, para que os Defensores saibam como agir nestas situações. Acrescentou que algumas unidades já lidam com o problema. Indagou se a Administração havia realizado alguma conversa com o Governador sobre o reajuste do salário-base ou das gratificações, ou se vem fazendo algum estudo sobre o tema, tendo em vista a mudança recente nos valores do teto. Comentou que como Coordenador Regional de Mogi das Cruzes, contou que havia recebido diversas mensagens do Defensor Wladimir Bitencourt sobre a dificuldade de uma usuária surda ser atendida na Unidade e relatou que à época tinha solicitado que a usuária fosse à Defensoria, pois na oportunidade havia sido elaborado um ofício para coleta de informações e tentativa de solução extrajudicial. Ressaltou que, apesar das dificuldades, é importante o usuário ir à unidade da Defensoria, para que os Defensores possam concluir o atendimento. Falou também, da necessidade de se olhar para as pessoas com deficiência auditiva com maior atenção às suas limitações. A Corregedora-Geral Kathya Beja Romero contou que o Defensor Wladimir Bitencourt foi seu Coordenador, enquanto membro do Núcleo Especializado do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Comentou que, nesta época, em que tentavam avançar na instituição da linguagem de libras, ela também atuava nos quadros da Administração Superior e acompanhou a execução de um TAC firmado com o Ministério Público. Afirmou que conhece das dificuldades nos avanços, mas considerou que a forma mais efetiva de avançar no tema das pessoas com deficiência é atuar em casos concretos. Agradeceu à EDEPE pelo espaço concedido à Corregedoria para conversar com os Defensores em estágio probatório, quando puderam ter um diálogo muito produtivo sobre a dificuldade destes colegas no ingresso à carreira e outros diversos temas, tais como o da intimação pessoal. Anunciou, ainda sobre este assunto, que os contatos com o Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado, no intuito de que os cartórios respeitem a prerrogativa de intimação pessoal, foi extremamente produtivo e que este se comprometeu a editar um comunicado, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e também distribuído fisicamente a todos os juízes para ciência pessoal dos magistrados e escreventes. Nesse sentido, informou que elaborará um comunicado pela Corregedora-Geral. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa, considerou que estes momentos, nos quais se expõem os problemas a serem melhorados, são muito ricos. Agradeceu à manifestante Arlete pela presença no momento aberto, afirmando que sua presença contribuirá para a busca de soluções, e agradeceu também à Rosa de Paula. Sugeriu que o Conselho contrate uma pessoa para fazer a tradução da sessão para a linguagem em libras ou que isso fosse feito, pelo menos, quando se souber que haverá um manifestante com deficiência. Lembrou ainda que, em reunião passada do grupo que discutia o tema acessibilidade, ficou estipulado que nenhuma nova sede será aprovada sem que ela disponha de recursos que garantam o acesso a todos. Informou, que no próximo dia 23 haverá uma reunião para prosseguir no debate sobre o assunto. Na oportunidade, parabenizou a Defensoria por discutir uma estratégia para contornar a crise hídrica no Estado de São Paulo, e agradeceu também à manifestante Karina Ferreira, reforçando sua fala e pedindo ao colegiado que votasse a matéria, pois o parecer da Ouvidoria estava pronto. Por fim, mencionou que o evento realizado no Minhocão foi muito positivo, e que farão o pleito com a sociedade civil para obter permissão para continuar realizando o encontro. A Representante da Apadep, Fabiana Zapata manifestou preocupação com a forma como o Presidente recebeu a fala do Defensor Wladimir Bitencourt, explicou que entende, que o Defensor veio à sessão na defesa de um usuário e disse que não entendeu a fala do Presidente

sobre as limitações da instituição. Considerou que o Defensor sabe de tais limitações, mas que a presença de um membro da carreira lembrando-nos de uma temática específica, que não deve ser deixada de lado diante de tantas outras questões, somente revela seu valor e empenho na defesa das pessoas com deficiência e precisa ser bem recebido pela Administração. Comunicou que a Apadep se reuniu com a Primeira Subdefensoria e a Assessoria Jurídica no intuito de encontrar uma solução, de forma conjunta, para a questão do recolhimento previdenciário devido, bem como o remanejamento do que foi pago à SPPREVCOM para a SPPREV, a fim de que tais valores não se acumulem em prejuízo aos Defensores. Informou que a partir da edição da Portaria SPPREV 20, os próximos recolhimentos já se darão na alíquota de 11% sobre o total da remuneração. Comunicou aos colegas não associados, que não recebem os comunicados da Apadep, que a Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos estará em Washington para acompanhar a agenda da Associação Interamericana de Defensorias Públicas junto à Organização dos Estados Americanos e que ela se colocou à disposição dos colegas e dos Núcleos Especializados das Defensorias dos Estados, que tenham postulado perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, visando contatar com os comissionados e realizar entrega de documentos ou adoção de medidas de interesse. Falou que a Apadep abriu ontem uma consulta para os colegas manifestarem o que pensam a respeito do Código de Ética, de modo que as manifestações lançadas venham a nortear o enfrentamento do tema pela Associação quando da discussão do assunto pelo Conselho Superior. Questionou se há um cronograma do Conselho sobre o enfrentamento dos temas relativos às adaptações da LC 988/06, para que possam dar andamento aos trabalhos e ampliar a consulta à carreira, ressaltando que nesta semana foi aprovada a alteração da lei orgânica de mais uma Defensoria Pública, do Distrito Federal, adaptando-a à EC 80. O Conselheiro Bruno Miragaia parabenizou a EDEPE pela criação do curso de pós-graduação, ponderando que a iniciativa contribuirá para as discussões sobre a tutela coletiva. Sugeriu que a questão das atribuições específicas volte a ser discutida, algo que foi pouco feito pela atual Administração, assim como o debate sobre o plano de expansão da Defensoria. Indagou sobre o andamento do plano anual da Defensoria. O Conselheiro Bruno Napolitano respondeu que o documento já foi distribuído ao relator Conselheiro Wagner Oliveira. O Conselheiro Wagner Oliveira também parabenizou a EDEPE pela conquista do curso de pós-graduação, acrescentando que a iniciativa contribuirá para reiterar a visão da Defensoria Pública sobre a Justiça. Quanto à fala do Defensor Wladimir Bitencourt, discordou de sua afirmação de que não houve avanços para o atendimento das pessoas com deficiência. Opinou que, a deliberação que trata do atendimento a pessoas idosas e com deficiência e o curso fornecido aos servidores sobre a linguagem de libras foram algumas das conquistas neste campo. Afirmou que o colega não comunicou à Secretaria do Conselho Superior, previamente, que uma pessoa com deficiência auditiva viria à sessão para que fosse providenciado um intérprete em libras para a sessão e que não sabe se isso se deu de forma propositada. Falou, ainda, que o plano anual é de sua relatoria e que se compromete a trazer seu voto o mais breve possível. O Presidente Rafael Português falou que recebe as críticas do Defensor Wladimir, mas que discorda de alguns pontos apresentados que, em sua visão, não representa a posição da atual Administração e da anterior na temática. Pediu desculpas se, em algum momento, foi deselegante com o colega. O Conselheiro Bruno Napolitano lembrou que estão abertas as inscrições para revisões criminais e informou que nesta semana foram abertas, as inscrições para atividades de auxílio ao Departamento de Inquéritos Policiais para atuação nas audiências de custódia. Relatou que a partir do dia 24, haverá um cenário grave de 4 salas de audiências extras por dia no Departamento de Inquéritos Policiais, com apenas 4 Defensores disponíveis que já possuem suas próprias atribuições. Informou que havia sido editado um ato para preenchimento de duas vagas de auxílio para o período da manhã e uma para o período da tarde. Os interessados devem se inscrever para esta atividade até o dia 19 deste mês. O Terceiro Subdefensor Público Luís Gustavo Fontanetti elogiou o trabalho desenvolvido pela EDEPE. E considerou que, ter uma pós-graduação voltada ao trabalho da Defensoria é um grande avanço. Informou que realizou visita à unidade de Piracicaba. Relatou, que vários colegas entraram em contato com a Defensoria para relatar problemas de alocação de processos nas SUPER VECS. A Administração divulgará ainda hoje um comunicado sobre a solução encontrada para o problema. Mencionou o desafio da unidade de Praia Grande com a falta de linhas fixas, em função de um problema estrutural da operadora Vivo.

Atualmente, a empresa não consegue fornecer linhas fixas à região onde está instalada a Unidade, apenas linhas de celular que inviabilizam a instalação de um PABX e estão sujeitas a uma constante queda de sinal. Informou que vem conversando com a empresa e que a interlocutora da operadora se comprometeu a dar um retorno até o próximo dia 20, sobre uma forma de solucionar o problema. Caso não se encontre uma solução, a Administração informou que entrará em contato com a Anatel. O Conselheiro Luiz Eduardo Coelho contou que foi contatado por colegas preocupados com as audiências de custódia, e criticaram o teor do ato da Segunda Subdefensoria que retira Defensores de Varas Criminais para atender às audiências de custódia, pois cobriram um lado e descobririam o outro. Avaliou que a substituição deste Defensor não se encaixa na forma de organização dos colegas do Fórum da Barra Funda e levará o outro Defensor que permanecer na Vara Criminal a ter suas atribuições duplicadas. Quanto à fala do Defensor Wladimir Bitencourt e da Conselheira Kathya Romero, lembrou da situação atual vivida pela Defensoria que, por estabelecer requisitos de acessibilidade para os prédios das novas unidades, não consegue encontrar imóveis para alugar, na Grande São Paulo, que atendam a tais exigências. Pontuou que, neste caso, apesar de não ser sua a gestão, entende a dificuldade do gestor, e acredita que, entre não possuir Unidade da Defensoria e ter uma que não atenda completamente a todas as exigências, é preferível locar os imóveis e adaptá-los posterior e gradativamente. O Conselheiro Rafael Bessa parabenizou o Diretor da EDEPE, Danilo Mendes pelo curso de pós-graduação e falou sobre a necessidade de retomar o projeto de atribuições, que é uma grande demanda dos colegas. Lembrou também do processo de distribuição de cargos, tendo em vista que há previsão de concurso de ingresso de novos Defensores. Indagou a Defensoria Geral, como anda este processo e se já há uma previsão de apresentação. O Conselheiro Bruno Napolitano comunicou que, sobre as audiências de custódia que também tem recebido mensagens questionando-o sobre o teor do Ato. Falou que seu formato prevê a possibilidade de participação de todos os Defensores da Capital, prioritariamente, e daqueles que estão lotados fora dela, pois os impactos da atuação no período da tarde variam de Unidade para Unidade. Falou também que o período fixado visou permitir a possibilidade de ser abrangido pela lista de cobertura da Regional, não criar períodos curtos e recorrentes de cobertura, bem como permitir um atendimento mais qualificado daquele que vem a integrar uma Unidade que não é a sua, com um trabalho ainda desconhecido. Ponderou que foi bastante difícil elaborar o Ato e que estão abertos a adaptar o documento se necessário. O Conselheiro Luiz Eduardo falou sobre uma sugestão feita na sessão anterior do Conselho, de convocar as candidatas aprovadas e que aguardam em lista de espera para preencher essas vagas de forma temporária, e sugeriu de modo temporário poderiam solucionar o problema emergencial de falta de Defensores para atender às audiências de custódia e tarefas já desempenhadas. O Conselheiro Augusto Barbosa falou que o Tribunal de Justiça vem desenvolvendo o projeto de audiências de custódia de forma extremamente rápida, criando uma demanda política e jurídica de extrema relevância para a Defensoria Pública, e que a Defensoria não desconsiderou a falta de Defensores para desempenhar todas as atividades. Concordou com os Conselheiros Bruno Miragaia e Rafael Bessa sobre os processos relativos às atribuições e à distribuição dos 181 cargos remanescentes. O Presidente Rafael Português falou que os dois processos já estão em discussão na Administração. No calendário, a previsão é trabalhar primeiramente o processo de distribuição dos cargos e, em seguida, o das atribuições. Lembrou que as restrições orçamentárias, até então não esperadas, levaram à alteração das prioridades e à previsão de 50 a 60 Defensores para 2015. Informou que esperam entregar este projeto de cargos dentro de 45 dias e, após isso, serão reservados 10 meses para debate com Conselheiros, carreira, sociedade. Afirmou que serão discutidas também as atribuições dos Defensores, debate que certamente abrangerá a questão do convênio com a OAB. Com relação à crise hídrica, considerou fundamental a Defensoria discutir o tema e se adaptar ao problema, tendo em vista ainda que tal atitude dá mais legitimidade à instituição para questionar o Governo sobre o tema. Falou também que estão prontos para avançar as discussões sobre o desconto em folha das mensalidades associativas. Informou que com relação ao processo de adaptação da LC 988/2006, o processo foi distribuído Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti e passará às fases de audiência pública. Em paralelo, a questão da remuneração dos Defensores e Servidores vem sendo estudada, considerando a situação orçamentária atual. Não havendo mais inscritos para manifestações, passou-se a ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma. CSDP nº 314/14.

Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentar o julgamento virtual de processos administrativos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa leu o parecer do Conselho Consultivo da Ouvidoria e da organização Artigo 19, no sentido de discordar da aprovação da Deliberação que regulamenta os julgamentos virtuais de processos administrativos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública. Relatou que as discussões e julgamentos pelo meio virtuais diminuem a transparência da atividade pública e ferem o princípio da publicidade dos atos administrativos. Afirmou que os processos de estágios probatórios, de análise dos relatórios de núcleos especializados e afastamentos de Defensores e Servidores são de grande relevância pública, e que não deveriam ser limitados aos julgamentos virtuais, pois não teriam transparência necessária. Apresentou alternativa para viabilizar o andamento da pauta do Conselho Superior, e deu como exemplo a convocação dos Conselheiros para realização de sessões extraordinárias. O Conselheiro Bruno Miragaia falou que ao enviar a proposta, tinha a intenção de criar uma melhor metodologia de trabalho no Conselho Superior. Falou que sua proposta não se compara com o procedimento do Tribunal de Justiça para julgamento online, uma vez que no Tribunal de justiça não existe a possibilidade de interferência para que o julgamento seja realizado presencialmente. Falou que a transparência e publicidade dos atos estão garantidas uma vez que toda a sociedade terá acesso ao julgamento. O Segundo Subdefensor Público Bruno Napolitano, explicou que a intenção da proposta é readequar o Conselho Superior também aos princípios da celeridade e eficiência, visando maior celeridade às demandas da sociedade civil. Informou que já foram adotados métodos para tentar dar maior agilidade ao andamento das sessões mais, como observância ao prazo de 5 minutos para as manifestações no Momento Aberto. Falou que apesar disso, essas medidas não foram suficientes. O Conselheiro Rafael Bessa elogiou o parecer da Ouvidoria, e por trazer novos elementos à discussão e alternativas para se obter a celeridade e desburocratização dos julgamentos. A Corregedora-Geral, Kathya Beja Romero, falou a Corregedoria-Geral se preocupa muito com os estágios probatórios, e que o seu acompanhamento se dê de forma efetiva. Falou sobre a dificuldade que os Coordenadores enfrentam nessa atividade, o que a solução foi padronizar os relatórios. Falou que a Comissão de acompanhamento de estágio probatório foi instituída como uma maneira de facilitar e aprimorar o acompanhamento desses estágios. Pontuou que atualmente, mais da metade dos Defensores Públicos encontram-se em estágio probatório. Ressaltou que a qualidade do parecer apresentado pela Ouvidoria, que não permite que se faça uma votação de pronto a respeito do processo. Considerou que os instrumentos de informática existem e podem ser usados a favor da eficiência do Conselho Superior. Falou que um afastamento a mais por semana ou a realização de sessões extraordinárias podem não ser eficientes, já que tiram o Defensor Público de seu local de trabalho. O Conselheiro Pedro Avellar mostrou convencimento pelo parecer pela Ouvidoria-Geral, e também pelo parecer apresentado pela Artigo 19. Mas fez ressalvas no que diz respeito às hipóteses de sigilo. O 2º Subdefensor Bruno Napolitano falou da possibilidade de encontrar um meio termo entre as propostas. Falou que os Conselheiros já fazem algumas discussões por email. Sugeriu que essa prática se mantenha, garantindo a celeridade dos julgamentos. O Conselheiro Wagner Ribeiro falou que é favorável à proposta, e que ela precisa ser amadurecida. O Ouvidor-Geral Alderon Costa falou que a discussão virtual fará com que os Defensores cheguem à sessão com uma posição fechada, já institucionalizada via e-mail. O Conselheiro Bruno Napolitano pediu que o processo fosse suspenso, a fim de pensar numa proposta alternativa, sendo aprovada por unanimidade. Concedida vista coletiva. CSDP nº 191/15 Interessada: Daniely Maria Vaiano. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas no curso de mestrado, no período de fevereiro a junho de 2015. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O relator leu relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o pedido de afastamento da interessada. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o pedido de afastamento da interessada. CSDP nº 192/15. Interessada: Isabel Cristina Gonçalves Bernardes. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas no curso de mestrado, no período de fevereiro a junho de 2015. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. A relatora leu relatório e proferiu o voto no sentido de deferir parcialmente o pedido de afastamento da interessada. O Presidente encaminhou

para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, acolher parcialmente o pedido de afastamento da interessada. CSDP nº 338/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional Marília. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a indenização de férias dos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu relatório e proferiu o voto vista no sentido de retificação do extrato da sessão do dia 6/2, aprovando a indenização por férias indeferidas para os Defensores Públicos em caso de inatividade ou rompimento do vínculo estatutário, e estender a mesma vantagem aos servidores da instituição. Os Conselheiros Alexandre Orsi Netto, Pedro Antônio de Avellar, Horácio Xavier Franco Neto e Luiz Eduardo de Toledo Coelho acolhiam integralmente a proposta inicial, nos termos do voto do Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por maioria de votos, nos termos do voto vista do Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto vista do Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, acolher parcialmente a proposta, para aprovar a indenização por férias indeferidas para os Defensores Públicos em caso de inatividade ou rompimento do vínculo estatutário, e estender a mesma vantagem aos servidores da instituição. Vencidos os Conselheiros Alexandre Orsi Netto, Pedro Antônio de Avellar, Horácio Xavier Franco Neto e Luiz Eduardo de Toledo Coelho, que acolhiam integralmente a proposta inicial, nos termos do voto do Conselheiro Alexandre Orsi Netto. CSDP nº 112/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o limite de afastamento em funções e cargos de confiança. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a

discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividade docente e discente por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 253/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Correição Extraordinária, após deliberação do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 269/14. Interessada: APADEP. Assunto: Pedido de afastamento de Defensores Públicos para atividade associativa. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/14. Interessada: Claudete Aparecida Marques de Carvalho. Assunto: Pedido de afastamento para tratar de interesses particulares pelo período de dois anos. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/14. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de regulamentação da política institucional de atribuição e avaliação da gratificação "pro labore". Relator: Conselheiro Bruno

Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 370/14. Interessada: Coordenador da Regional de Taubaté. Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Taubaté (10ª Defensoria Pública). Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 060/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado para o exercício de 2015. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 178/15. Interessada: Ana Clara Vieira Gabriel. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de especialização "Psicologia jurídica: proposta de uma praxis", no período de dois anos. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 189/15. Interessada: Karina Pereira Sabedot. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas de mestrado, no período de 25 de fevereiro de 2015 a dezembro de 2016. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 067/13. Interessada: Luiz Carlos Fávero Junior. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 089/13. Interessado/a: Rafael Cardoso Freitas. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 083/13. Interessado/a: Octavio Augustus Cordeiro. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 042/13. Interessado/a: Fernanda Capitanio Macagnani. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 098/13. Interessado/a: Samuel Friedman. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 080/13. Interessado/a: Monica de Toledo Thomazella. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 077/13. Interessado/a: Marília da Silva Macedo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 059/13. Interessado/a: Julia Aparecida Romao Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 066/13. Interessado/a: Lorena Pereira Santin. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h53min. Eu, Carlos Takita Mizukai, Oficial de Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos doze dias do mês de fevereiro do ano de 2015.

Rafael Morais Português de Souza
Presidente

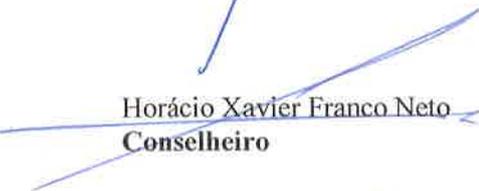
Kathya Beja Romero
Corregedora-Geral



Bruno Diaz Napolitano
2º Subdefensor Público-Geral



Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro



Horácio Xavier Franco Neto
Conselheiro



Pedro Antonio de Avelar
Conselheiro



Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro



Fabiana Botelho Zapata
Representante da Apadep



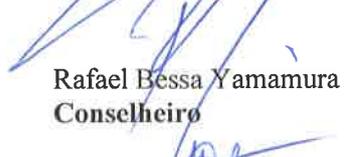
Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Terceiro Subdefensor Público-Geral



Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro



Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro



Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro



Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral